



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

ETP Estudo Técnico Preliminar

O presente instrumento trata-se de estudo preliminar referente à contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de **CONSTRUÇÃO DE PASSARELA METÁLICA E ESCADARIA COBERTA, DE ACESSO DA ESCOLA VILSON PEDRO KLEINUBING ATÉ O GINÁSIO ESPORTIVO ESCOLAR**, no Município de Capinzal/SC.

A Lei de Licitações 14.133/21, discorre sobre o Técnico Preliminar:

Art. 6:

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Art. 18:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido; (...)

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

1. **Descrição Da Necessidade**

Esta Entidade descreve a seguir a necessidade da contratação considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Justificativa:

Primeiramente consideramos a necessidade de lançar novamente processo licitatório em virtude de que as Concorrências Nº 0005/2024 e Nº 0013/2024 restaram fracassadas e a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing continua enfrentando dificuldades para o acesso entre Ginásio Escolar e Escola,

necessitando de uma ligação entre eles através da construção de uma passarela e escadaria cobertas.

A Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing localizada no Loteamento Parizotto, tem matriculado hoje 567 alunos, da educação infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental. No ano de 2023 foi concluída a obra do Ginásio Escolar, que fica próximo à escola, mas o acesso é íngreme e a distância é de uns 200 metros aproximadamente.

As aulas de educação física e as oficinas das turmas de período integral acontecem no Ginásio Esportivo da escola, que necessita com urgência da construção de um acesso coberto para que os alunos consigam se deslocar de um espaço para o outro em segurança e protegidos da chuva.

A escola possui alunos especiais, que utilizam cadeiras de rodas e para acessar ao ginásio é necessário possibilitarmos o acesso dentro das normas de acessibilidade.

O setor de engenharia do município de Capinzal elaborou projeto para a construção de uma passarela metálica e escadaria coberta, dentro das normas de acessibilidade, permitindo desta forma o deslocamento dos alunos entre os dois prédios.

2. Requisitos Da Contratação

A Contratada deverá ser qualificada para a execução do objeto bem como atender as condições de habilitação exigidas em Lei.

Para fins de habilitação fica determinado minimamente a apresentação da seguinte documentação:

Contrato Social (ou documento equivalente, como requerimento de empresário ou ato constitutivo);

Cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), com emissão não superior a 90 (noventa) dias;

Regularidade com a Fazenda Federal; VÁLIDA

Regularidade com a Fazenda Estadual; VÁLIDA

Regularidade com a Fazenda Municipal; VÁLIDA

Regularidade com o Fundo de Garantia (FGTS); VÁLIDA

Regularidade fiscal com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) – CNDT; VÁLIDA

Certidão Negativa de Pedidos de Falência; VÁLIDA

Declaração assinada pelo Representante Legal da Empresa contendo o seguinte conteúdo:

DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme cita em seu art. 156, que esta Empresa não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública e nem foi declarada inidônea, ciente de declarar ocorrências posteriores.

DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021 que esta Empresa não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A empresa que realizará a execução da obra de construção de passarela e escada coberta, dando acesso da Escola Vilson Pedro Kleinubing ao Ginásio Escolar no Loteamento Parizotto, deverá observar cuidadosamente o projeto. O material aplicado para a execução dos serviços deverá ser de acordo com as determinações dos projetos, planilha orçamentária, composições e memoriais descritivos e das especificações técnicas, empregando mão de obra qualificada e materiais de qualidade.

A contratada deverá ser do ramo de atividade relacionada ao objeto, não possuir registro de sanção que impeça sua contratação, estar devidamente regular com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, demonstrar boa situação financeira por meio de requisitos usuais exigidos como qualificação econômica.

Qualificação técnica da Contratada: A contratada deverá comprovar sua qualificação técnica operacional e técnico-profissional em observância ao que está definido na Lei 14.133/2021, Art. 67.

Para fins de demonstração de capacitação operacional, de possuir aptidão para a execução dos serviços, mediante a apresentação de atestado/certidão emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado de que a empresa proponente executou a qualquer tempo, obras/serviços de característica e quantidades compatíveis com o objeto a ser licitado, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo

Para fins de demonstração de capacitação técnico-profissional, de que o profissional habilitado, obras/serviços de característica semelhante à constante no objeto e edital desta licitação, demonstrando sua qualificação e experiência prévia em relação à execução dos serviços, comprovação através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado,

devidamente certificados pelo CREA/CAU e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico, que comprove a experiência prévia em execução de serviços/obras com características semelhantes à licitada.

Para a comprovação de capacidade operacional e técnico profissional deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica com característica de PASSARELA.

3. Solução – Levantamento De Mercado

Para a estimativa de valores a serem praticados, o setor de engenharia tomou como base o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), uma vez que o mesmo controla despesas e receitas futuras, evita desvios financeiros e fornece uma visão geral mais precisa sobre o resultado econômico da obra, garantindo segurança na obtenção dos valores a serem praticados como referência preço.

O valor estimado para esta contratação está em conformidade com o art. 23, inciso IV da Lei 14.133/21:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

4. Descrição Da Solução Como Um Todo

SOLUÇÃO: A execução da obra para a construção da passarela se dará em conformidade com o previsto no projeto básico, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, elaborados por setor competente, sendo a execução dos serviços realizada de forma indireta, através de empreitada por preço global.

VANTAGENS: A obra resolverá o problema de deslocamento dos alunos entre escola e ginásio esportivo.

DESVANTAGENS: Não foram encontradas desvantagens para a solução, uma vez que além de dar acessibilidade e segurança aos alunos, parte dos recursos para execução do projeto são do governo do estado.

ENCAMINHAMENTO: A solução atenderá as necessidades e demandas dos professores e alunos matriculados na escola.

CONCLUSÃO: A contratação do objeto se mostra viável e indispensável para a escola, pois permitirá o acesso ao Ginásio de esportes, permitindo melhor uso através de uma infraestrutura adequada, confortável e segura, potencializando o bem-estar de todos os usuários.

5. Estimativa das Quantidades e Preços

Para esta contratação as quantidades foram estimadas tomando como base as vistorias no local, e elaborado projeto de modo a atender as necessidades apresentadas no uso do referido espaço, através da planilha orçamentaria detalhada e elaborada pelo setor de engenharia do município de Capinzal, a qual será a referência desta obra.

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor R\$
01	01	Obra	Contratação de empresa especializada no ramo de construção civil, para a execução de Obra CONSTRUÇÃO DE PASSARELA METÁLICA E ESCADARIA ENTRE A Escola Mun Vilson Pedra KLEINUBING E GINÁSIO DE ESPORTES, conforme projetos, memorial descritivo e orçamentos que integram o processo.	244.394,78

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é uma tabela muito utilizada no orçamento de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. O valor de referência da contratação ora pretendida foi estimado em **R\$ 244.394,78** (duzentos e quarenta e quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e setenta e oito centavos), deste valor, **R\$ 73.805,63** (setenta e três mil, oitocentos e cinco reais e sessenta e três centavos) será disponibilizado pelo governo do Estado de Santa Catarina, visto que o Município foi contemplado com recursos de Transferência Especial, através de Emenda Parlamentar Impositiva, conforme Portaria nº: 466/SEF – 22/11/2021, PROCESSO SGPe /SED – N ° 118518/2021/SED, para fim específico para a conclusão do Ginásio Esportivo da Escola Vilson Pedro Kleinubing. Durante o período de execução da obra os recursos foram aplicados, renderam juros e a diretoria de planejamento do município de Capinzal solicitou ao governo do Estado de Santa Catarina a utilização destes recursos. O estado aprovou o projeto de construção de passarela da escola para o ginásio esportivo e autorizou utilização dos recursos oriundos das aplicações. A complementação dos valores para a execução da obra será custeada com recursos próprios

6. Justificativa Para o Parcelamento ou Não da Contratação

Sob a perspectiva técnica, o não parcelamento é justificado por se tratar de uma obra de pintura da área onde os serviços prestados estão sempre correlacionados a outras atividades e que necessitam de uma execução em sequência lógica e objetiva, a fim de garantir a qualidade do resultado no tempo de obra estipulado, para que não tragam prejuízo a comunidade local. E ainda, a centralização da responsabilidade em uma única empresa é mais adequada, pois possibilita o acompanhamento de eventuais problemas e soluções com a devida atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, e por meio da modalidade de **CONCORRÊNCIA**, pelo critério de **MENOR VALOR GLOBAL**.

7. Definição se o Objeto é Passível ou não de Subcontratação.

Na execução do contrato e sem prejuízo as responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar partes da obra ou serviço, até o limite de 25% do objeto do contrato, exceto em se tratando dos serviços de maior relevância do contrato. Conforme o Art. 122 da Lei 14.133/2021, o objeto do

presente termo é passível de subcontratação, assim, a contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Antes do início da execução, a empresa subcontratada deverá apresentar ART/RRT relativas aos serviços que irá desempenhar.

Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município CONTRATANTE e os empregados, subcontratados ou fornecedores da CONTRATADA que, como tal, tenham ou venham a ter relação com a execução do objeto de que trata este Contrato.

8. Contratações Correlatas E/OU Interdependentes

A necessidade institucional do presente Estudo, não possui relação com outras contratações já realizadas por este Município.

9. Alinhamento com o PCA – Plano de Contratações Anual

A presente contratação foi previamente planejada pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e está prevista Plano de Contratação Anual – PCA - Construções e Adequações de escolas e Ginásios Escolares.

10. Demonstração dos Resultados Pretendidos

Os resultados pretendidos são a melhoria da infraestrutura, proporcionando um espaço adequado e seguro para a prática esportiva e ambiente acolhedor durante eventos realizados.

11. Providências a Serem Adotadas

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pelo Município previamente à celebração desta contratação.

12. Possíveis Impactos Ambientais

Dada a natureza do objeto pretendido, não se verifica impactos. O art. 45 da Lei nº 14.133/2021, determina que as obras e serviços de engenharia devam respeitar, especialmente, as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de riscos naturais. Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda às leis ambientais na consecução da obra.

13. Viabilidade da Contratação

A equipe de planejamento, juntamente com a Autoridade Competente, declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

14. TR – Termo de Referência

Esta entidade resolve por elaborar o Termo de Referência em conjunto com o ETP entendendo ser mais prudente a organização das informações quando em apenas um documento e consequente melhor aproveitamento do tempo, tornando as etapas mais céleres.

A Lei de Licitações 14.133/21, discorre sobre o Termo de Referência:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*
- d) requisitos da contratação;*
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*
- g) critérios de medição e de pagamento;*
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do **caput** do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

Informações para elaboração do edital:

Abertura de Processo Licitatório na Modalidade: **CONCORRÊNCIA**, LEI 14.133/21.

REGISTRO DE PREÇOS	
SIM	()
NÃO	(X)

Rubrica Orçamentária:

RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS 2024:
Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Reduzido: 87 - 0001 – Recurso Educação
Projeto/Atividade: 1011 – Construção e Ampliação de Ginásios de Esportes junto às Escolas
Elemento Despesa: 4.4.90 – Aplicações Diretas

Reduzido: 87 - 0062 – Superávit Financeiro – Transferências
Projeto/Atividade: 1011 – Construção e Ampliação de Ginásios de Esportes junto às Escolas
Elemento Despesa: 4.4.90 – Aplicações Diretas

Recursos Municipais: 70%
Recursos Estaduais: 30%

Este Pregão contém recursos municipais e federais e faz-se necessário a publicação do aviso de Licitação no Diário Oficial dos Municípios – DOM e Diário Oficial do Estado – DOE para maior amplitude na publicidade.



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

Prazo De Publicidade Do Edital:

Esta entidade define o prazo de publicidade de: **25 (vinte e cinco) dias úteis.**

A Lei Nº14.133/21, dispõe em seu art. 55:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

- I - para aquisição de bens:*
 - a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;*
 - b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea "a" deste inciso;*
 - II - no caso de serviços e obras:*
 - a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;*
 - b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;*
 - c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;*
 - d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas "a", "b" e "c" deste inciso;*
 - III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis;*
 - IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis.*
- § 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.*
- § 2º Os prazos previstos neste artigo poderão, mediante decisão fundamentada, ser reduzidos até a metade nas licitações realizadas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).*

Prazo de Vigência: 30/06/2025.

Local de entrega/execução: Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing e Ginásio Esportivo da Escola – Endereço: Rua Santo Domenico Calza, 45 – Loteamento Parizotto – Capinzal/SC.

Prazo de entrega/execução: 4 meses, conforme cronograma de execução.

Condições de pagamento: Após entrega e/ou execução e apresentação das respectivas notas fiscais, conforme medições autorizadas pelo engenheiro responsável, acrescidas de mais documentos caso a Autoridade competente julgue necessário, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.



MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

Fiscal de Contrato: Kerolin Serafini

Validade da proposta: 60 dias

15. Responsáveis pela elaboração deste Documento:

Os membros abaixo relacionados se responsabilizam pela elaboração deste ETP – Estudo Técnico Preliminar e TR – Termo de Referência:

Capinzal, 16 de setembro de 2024.

VERANICE MARIA LOVATEL

AUTORIDADE COMPETENTE

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

GABRIELA CONCEIÇÃO SOCCOL

RESPONSÁVEL PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Profissional de Apoio Escolar/ Auxiliar Administrativo

KEROLIN SERAFINI

RESPONSÁVEL PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Escriturária / Fiscal de Contrato